

Número do SIPRO: 0019957-1170/2017-0  
Número do SIGED: 00024972-1501-2017  
Descrição: REF PROPOSTA DE PLANO DE TRABALHO  
Solicitante: SAMARCO MINERAÇÃO SA  
Data e hora do protocolo: 31/01/2017 - 03:47  
Nome do atendente: ARISTOTELES SANTOS  
Destinatário: SEMAD/SURAM  
Para mais informações sobre este documento favor acessar o site:  
[www.planejamento.mg.gov.br](http://www.planejamento.mg.gov.br) e consultar no SIGED-WEB.

CÓPIA



**À SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL – SEMAD**

**A/C SUBSECRETARIA DE REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL - SURAM**

**A/C: Dr. Anderson Silva de Aguiar<sup>1</sup>**

**Ref: Proposta de Plano de Trabalho - Definição do Uso e Ocupação Futuro da  
Região de Bento Rodrigues**

**SAMARCO MINERAÇÃO S.A.**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 16.628.281/0003-23, com sede na Rodovia MG-129, Km 117,5, s/nº - Caixa Postal: 22 – CEP: 35420-000 – Mariana/MG vem, respeitosamente, por seu procurador abaixo assinado, expor o que segue.

Em 12/01/2017, a Samarco e Fundação Renova se comprometeram a entregar até a data de 31/01/2017, uma proposta de plano de trabalho para tomada de decisão quanto ao uso e ocupação do solo de Bento Rodrigues, considerando tanto as áreas alagáveis quanto as áreas não alagáveis em razão da implantação do Dique S4.

<sup>1</sup> Nos termos do OF. SURAM. SEMAD. SISEMA. n. 107/16, por meio do qual solicitou-se, para fins de garantia da efetiva gestão e otimização das tratativas referentes ao empreendimento Mina de Germano, o direcionamento de todos os protocolos ao Gabinete da Subsecretaria de Regularização Ambiental (GAB/SURAM) quando relacionados à recuperação da Bacia do Rio Doce, à retomada das atividades do empreendimento, ou em resposta a quaisquer solicitações realizadas pelo SISEMA.

Assim, a Samarco vem através desta petição, apresentar à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável ("SEMAD") a proposta de plano de trabalho visando orientar a tomada de decisão quanto ao uso e ocupação futuro da região de Bento Rodrigues, considerando tanto as áreas alagáveis quanto as áreas não alagáveis em razão da implantação do Dique S4.

Nesse sentido, a Samarco mantém-se à disposição para esclarecer quaisquer informações adicionais. Renovando nossos protestos de elevada estima e consideração, subscrevemos a presente.

Belo Horizonte, 31 de janeiro de 2017.

Atenciosamente,



**SAMARCO MINERAÇÃO S.A.**  
Mauricio Pellegrino de Souza  
OAB - MG 89.834



reparar, restaurar, reconstruir

# **PROPOSTA DE PLANO DE TRABALHO**

## ***DEFINIÇÃO DO USO E OCUPAÇÃO FUTURO DA REGIÃO DE BENTO RODRIGUES***

Belo Horizonte/MG

Janeiro de 2017



## Sumário

1	CONTEXTUALIZAÇÃO.....	1
2	JUSTIFICATIVA.....	3
3	OBJETIVO.....	4
4	METAS.....	4
5	PREMISSAS E RESTRIÇÕES.....	4
6	PARTES INTERESSADAS.....	4
7	PLANO DE AÇÃO.....	5
7.1	Definição de Diretrizes Gerais.....	5
7.2	Aprovação.....	5
7.3	Projeto de Recuperação Socioambiental de Bento Rodrigues e Descomissionamento do S4.....	5
7.4	Licenciamento Ambiental.....	6
7.5	Execução de Ações de Recuperação Ambiental.....	6
7.6	Execução de Ações de Recuperação da Área Urbana.....	6
7.7	Proposta de Cronograma Macro.....	7
8	ANEXOS.....	8
9	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	8



# 1 CONTEXTUALIZAÇÃO

Em 05/11/2015, na unidade industrial da Samarco em Mariana/MG, ocorreu o rompimento da barragem de Fundão, ocasionando a liberação de rejeitos de mineração (“Evento”) e afetando localidades à jusante da referida barragem. Devido à topografia da região, o fluxo do efluente gerado com o Evento seguiu em direção à barragem de Santarém, localizada à jusante de Fundão, galgando a estrutura, o que fez com que o fluxo do efluente alcançasse o córrego de Santarém.

Ao alcançar a calha do córrego, o efluente decorrente do Evento percorreu os cursos d’água dos rios Gualaxo do Norte, Ribeirão do Carmo e Doce até desaguar no mar na região costeira do Espírito Santo.

Como uma das consequências deste Evento, observou-se significativo volume de sedimentação de rejeitos em áreas das margens e planícies dos rios supracitados, entre os municípios de Mariana e Rio Doce, em Minas Gerais.

Em 30/06/2016, foi constituída a Fundação Renova (“FUNDAÇÃO”), fruto da assinatura do Termo de Transação de Ajustamento de Conduta (“TTAC”), assinado em 02/03/2016, entre Samarco Mineração, com o apoio de suas acionistas, Vale e BHP Billiton, e Governo Federal, Governos Estaduais de Minas Gerais e Espírito Santo, e outros órgãos governamentais. O TTAC define a FUNDAÇÃO como o ente responsável pela criação, gestão e execução dos programas socioambientais e socioeconômicos que têm o objetivo de reparar, restaurar, reconstruir e compensar os danos causados e as comunidades impactadas pelo rompimento da barragem de Fundão. O TTAC é considerado um marco em processos de recuperação e reparação pós-acidentes ambientais (Renova, 2017).

Os programas da FUNDAÇÃO são baseados em duas principais frentes: remediação e compensação. A primeira consiste em restaurar e restabelecer as comunidades e recursos impactados pelo rompimento da barragem, enquanto a frente de compensação visa substituir ou compensar o que não é passível de remediação (Renova, 2017).

Em relação aos programas socioambientais de remediação, destaca-se o Programa 23 – Manejo de Rejeitos (“PG23”). Tal programa tem como objetivo realizar estudos de identificação e de avaliação detalhada da Área Ambiental 1 (áreas abrangidas pela deposição de rejeitos nas calhas e margens dos rios Gualaxo do Norte, Carmo e Doce, considerando os respectivos trechos de seus formadores e tributários, bem como as regiões estuarinas, costeiras e marinha na porção impactada pelo rompimento) e realizar o manejo de rejeitos decorrentes do rompimento da barragem de Fundão, conforme resultados dos estudos previstos neste programa, bem como considerando os fatores ambientais, sociais e econômicos da região.

O tema manejo de rejeitos é complexo, pois há uma considerável gama de alternativas técnicas possíveis como soluções para a recuperação socioambiental das áreas afetadas pelo Evento, de forma que, a definição da técnica depende da tomada de decisão quanto à remoção ou tratamento in-situ do rejeito analisada em conjunto com os aspectos sociais e legais.



Além dos aspectos técnico, social e legal, a definição da solução a ser empregada para o manejo de rejeitos deverá atender às expectativas de diversas partes interessadas, como por exemplo: proprietários de terras, comunidades, prefeituras, órgãos ambientais municipais, estaduais e federais, autarquias de defesa e preservação do patrimônio cultural, Ministério Público e outros stakeholders.

A região do distrito de Bento Rodrigues, situado no município de Mariana/MG, foi uma das mais atingidas pelo Evento e, desde então, é realizado um intenso trabalho de elaboração de estudos ambientais, pesquisa e coleta de patrimônio arqueológico e rodadas de discussões com as partes interessadas por meio de reuniões, eventos e workshops.

A Tabela 1 apresenta a compilação dos principais processos jurídicos recebidos pela Samarco, relacionados ao tema de manejo de rejeitos em Bento Rodrigues.

**Tabela 1 – Principais Processos Jurídicos Relacionados ao Manejo de Rejeitos – Bento Rodrigues.**

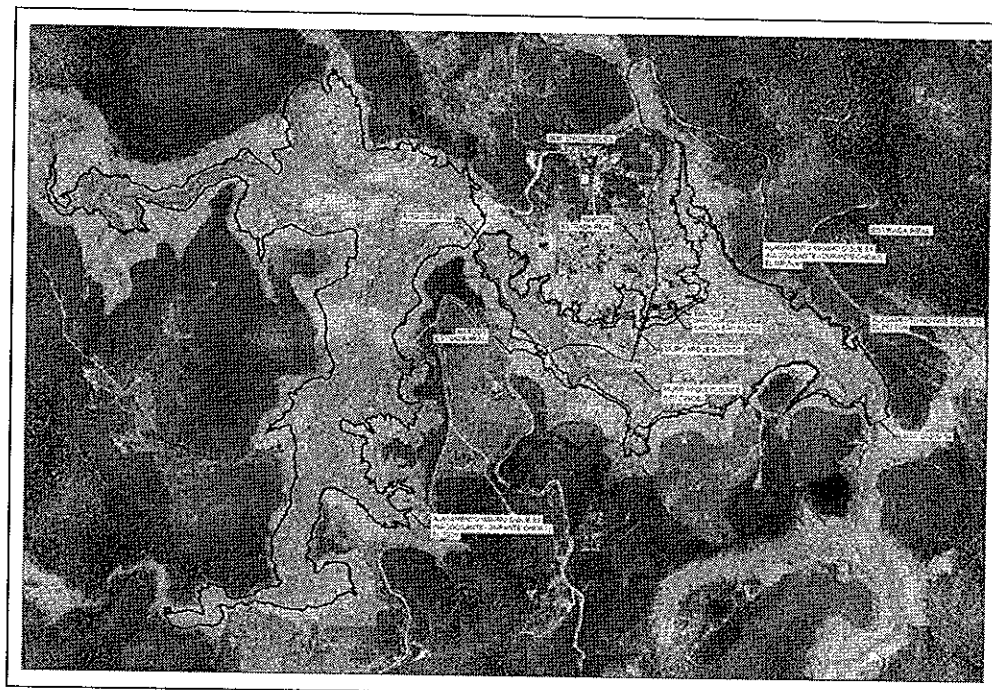
Processo correspondente	Instrumento (Acordo ou decisão)
0026391- 60.2016.8.13.0400	<b>ACP V Mariana – Patrimônio Histórico Cultural</b> Ação ajuizada pelo MPMG contra a Samarco, requerendo a implementação de medidas que cessem a continuidade e revertam os danos causados ao patrimônio cultural de Bento Rodrigues. Dentre os pedidos liminares, destaque para a adoção de providências técnicas que reduzam ao mínimo possível o carreamento de sedimentos para jusante do dique S3, em busca de conservar os bens culturais no local.
0069758- 61.2015.4.01.3400	<b>ACP 20 BI.</b> Ação civil pública ajuizada pela União e Outros em face da Samarco e Acionistas, em que pleiteia-se a concessão de várias medidas de urgência, visando, especialmente, estancar o vazamento de volume de rejeitos que ainda se encontram na barragem rompida, comprovando as medidas de segurança tomadas para a segurança das barragens de Fundão e de Santarém.
6132918- 29.2015.8.13.0024	<b>ACP Candonga.</b> Ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais em face da Samarco e do Consórcio Candonga objetivando a retirada de lama e esvaziamento preventivo da UHE Risoleta Neves, de forma a manter apenas o nível mínimo operativo para comportar o fluxo de rejeitos decorrente de eventual rompimento das barragens do Complexo Germano.
0117862- 85.2016.8.13.0521	<b>ACP Ponte Nova III.</b> Ação ajuizada pelo MPMG contra Samarco e Acionistas, objetivando a remoção de rejeitos que supostamente vêm sendo depositados em locais inadequados, tais como nas calhas e margens do Rio Doce e em todos os demais pontos de disposição dos Municípios integrantes da Comarca de Ponte Nova, o que supostamente causaria sérios danos ao meio ambiente e à saúde pública.
0048304- 98.2016.8.13.0400	<b>ACP XI Mariana.</b> Ação ajuizada pelo MPMG contra Samarco e Acionistas, objetivando a retirada dos rejeitos depositados às margens de rios que cortam Mariana e sua disposição em cavas de mineração desativadas, ou em outro local adequado e licenciado.

Em 12/01/2017, foi realizada reunião na SEMAD, com a participação de Samarco e FUNDAÇÃO. Nesta reunião, a Samarco e FUNDAÇÃO se comprometeram a entregar até a data

de 31/01/2017, uma proposta de plano de trabalho para tomada de decisão quanto ao uso e ocupação futuro da região de Bento Rodrigues, considerando tanto as áreas alagáveis quanto as áreas não alagáveis em razão da implantação do Dique S4 (obrigação que substitui aquela contida na Cláusula Segunda, itens IX e X do TTAC do S4).

A Figura 1 apresenta a projeção futura da área não alagável de Bento Rodrigues, após a construção do Dique S4.

**Figura 1 – Delimitação da Área Não Alagável – Bento Rodrigues.**



Com base no contexto acima, o presente relatório apresenta, na Seção 2, a justificativa da elaboração do Plano de Trabalho. Na Seção 3 é apresentado o objetivo do documento.

As Seções 4 a 7 descrevem a proposta de plano de trabalho. Por fim, as Seções 8 e 9 apresentam as considerações e as referências bibliográficas utilizadas.

## 2 JUSTIFICATIVA

Considerando os seguintes fatores:

- Os impactos socioambientais causados pelo Evento;
- A assinatura do Termo de Transação de Ajustamento de Conduta ("TTAC");
- A criação do programa socioambiental de manejo de rejeitos;
- As diversas partes interessadas na solução a ser adotada para o uso e ocupação do solo das áreas de Bento Rodrigues;



- O compromisso de tratar e encontrar soluções viáveis para o sedimento acumulado no leito dos corpos hídricos.

Em 12/01/2017, a Samarco e FUNDAÇÃO se comprometeram a entregar até a data de 30/01/2017, **uma proposta de plano de trabalho para tomada de decisão quanto ao uso e ocupação do solo de Bento Rodrigues, considerando tanto as áreas alagáveis quanto as áreas não alagáveis em razão da implantação do Dique S4.**

### 3 OBJETIVO

Apresentar à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável ("SEMAD") a proposta de plano de trabalho visando orientar a tomada de decisão quanto ao uso e ocupação futuro da região de Bento Rodrigues, considerando tanto as áreas alagáveis quanto as áreas não alagáveis em razão da implantação do Dique S4.

### 4 METAS

- Entregar plano de trabalho aderente às expectativas do órgão ambiental;
- Contribuir para a implementação do manejo de rejeitos para a região de Bento Rodrigues;
- Envolver as partes interessadas no processo de tomada de decisão quanto ao futuro uso e ocupação da região de Bento Rodrigues;
- Atender às expectativas das partes interessadas; e
- Atender aos requisitos legais aplicáveis.

### 5 PREMISSAS E RESTRIÇÕES

Em relação aos prazos estabelecidos no cronograma das etapas do Plano de Trabalho, as durações das etapas de definição de aprovação, projeto, licenciamento ambiental e execução de obras poderão sofrer revisões após a validação das diretrizes e amadurecimento do projeto.

A lista de atividades também está sujeita a modificações conforme andamento do projeto.

### 6 PARTES INTERESSADAS





O plano de trabalho considera como uma de suas etapas principais a inclusão participativa das partes interessadas no processo de elaboração e validação do Relatório Integrado de Recuperação Socioambiental, bem como para os projetos e licenciamento previstos após a definição do uso e ocupação futura da região de Bento Rodrigues.

## **7 PLANO DE AÇÃO**

A seguir serão descritas as etapas propostas para compor o Plano de Trabalho.

### **7.1 Definição de Diretrizes Gerais**

Inicialmente, serão levantados o histórico de tratativas e atividades relacionadas à recuperação socioambiental da área do distrito de Bento Rodrigues, bem como os processos jurídicos relativos ao tema. Neste levantamento não haverá diferenciação entre áreas alagadas e não alagadas em decorrência da construção do Dique S4.

Em seguida, serão estudadas e propostas diretrizes gerais de uso e ocupação futuros da região de Bento Rodrigues às partes interessadas. Estas diretrizes serão consolidadas coletivamente com o envolvimento das partes interessadas.

Um Relatório Integrado de Recuperação Socioambiental será emitido e submetido à aprovação na etapa seguinte. Ao longo desta etapa serão enviados às partes interessadas os documentos elaborados para nivelamento de conhecimento e comunicação entre todos os envolvidos.

### **7.2 Aprovação**

Esta etapa considera a validação das diretrizes gerais garantindo que todas as partes envolvidas aprovem o Relatório Integrado de Recuperação Socioambiental.

### **7.3 Projeto de Recuperação Socioambiental de Bento Rodrigues e Descomissionamento do S4**

Nesta etapa serão desenvolvidos, de forma participativa e transparente, os projetos Conceitual, Básico e Detalhado das estruturas que formarão a solução de uso futuro de Bento Rodrigues.

A cada etapa, o projeto será submetido a uma avaliação das partes interessadas para inserção de comentários e recomendações. Serão desenvolvidos os projetos necessários para atender às diretrizes definidas, dentre eles:

- Arquitetura;
- Civil;
- Elétrica;
- Ambiental;
- Aproveitamento econômico;
- Recuperação Ambiental
- Uso social.

#### **7.4 Licenciamento Ambiental**

De posse do projeto Conceitual, será aberto junto aos órgãos ambientais competentes, o processo de Licenciamento das atividades a serem realizadas.

O processo de licenciamento seguirá os ritos normais necessários para sua execução.

#### **7.5 Execução de Ações de Recuperação Ambiental**

As atividades de recuperação ambiental de áreas não urbanas com viés de controle de erosão atendendo às cláusulas do acordo firmado em março de 2016. Esta recuperação será feita a partir dos projetos e lições aprendidas com as atividades de controle de erosão em andamento entre o Dique S4 e a UHE Risoleta Neves.

#### **7.6 Execução de Ações de Recuperação da Área Urbana**


As atividades decorrentes do processo de desenvolvimento do projeto de recuperação socioambiental da região de Bento Rodrigues serão contratadas e geridas pela Fundação Renova.

Sua execução será realizada conforme metodologias designadas no Plano de Execução do Projeto de forma a gerar o mínimo de impacto possível.

As obras poderão ser acompanhadas pelas partes interessadas e deverão atender às expectativas de todos.

[illegible]

## 8 ANEXOS

<i>Plano de Trabalho de definição de Uso e Ocupação Futura da Região de Bento Rodrigues</i>	 Plano de Trabalho -Bento Rodrigues.xls
---	--

## 9 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FUNDAÇÃO RENOVA. A Fundação, 2017. Disponível em:  
<<http://www.fundacaorenova.org/a-fundacao/>>. Acesso em: 19 de janeiro de 2017.

Projeto de Recuperação Socioambiental de Bento Rodrigues		Mês	
Descrição		1	2
Definição de Diretrizes Gerais			
Diagnóstico de Ações Realizadas e Aspectos Jurídicos			
Diretrizes de Recuperação e Uso Socioambiental de Bento Rodrigues			
Diretrizes de Recuperação Ambiental de área não urbana de Bento Rodrigues			
Diretrizes de indenização e compensação (PIN)			
Lista de Autorizações e Licenças para Execução			
Análise e Aprovação de Diretrizes de Definição do Uso Futuro da Área			
Elaboração de Relatório Integrado de Recuperação Socioambiental			
Aprovação			
Aprovação Proprietários (Assistência Técnica)			
Aprovação IPHAN			
Aprovação Arquidiocese de Mariana			
Aprovação EPHA			
Aprovação IEF / SEMAD			
Aprovação IBAMA			
Aprovação Comunidade			
Aprovação Ministério Público de Minas Gerais			
Aprovação Prefeitura de Mariana			
Aprovação de Stakeholders não identificados neste levantamento			
Projeto de Recuperação Socioambiental de Bento Rodrigues e Descontaminação do SA			
Contratação de Projeto			
Projeto Consultar e Plano de Execução Preliminar			
Aprovação de Partes Interessadas e Atendimento a Comentários			
Projeto Básico e Plano de Execução do Projeto			
Aprovação de Partes Interessadas e Atendimento a Comentários			
Projeto Detalhado			
Acompanhamento de Partes Interessadas			
Licenciamento Ambiental			
Estudos de Impacto Socioambiental (EIA/RIMA)			
Audiências Públicas			
Obtenção da Licença Prévia e licença de Implantação			
Gestão Ambiental e Atendimento a Condicionantes			
Execução de Ações de Recuperação Ambiental (emergencial)			
Contratação			
Mobilização			
Atividades Preliminares			
Ações de Controle de erosão			
Recuperação Ambiental / Plantio			
Execução de Ações de Recuperação da Área Urbana			
Contratação			
Mobilização			
Preparação de Área de Disposição			
Ações de Limpeza / Remoção / Demolição			
Recuperação de Bens Materiais e Patrimônio Histórico			
Ações de Controle de erosão			
Construção de Infraestrutura de Apoio			
Reforma / Construção de Edificações			
Conclusão do Projeto - Termo de Aceite			